

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE OUTORGA Nº 231/2025
10 DE DEZEMBRO DE 2025

Declaro para os devidos fins que Robério Luiz de Carvalho, CPF nº 795.735 requereu junto a esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas - SEMAC, conforme Processo nº 035000.00074/2025-9, Declaração de Isenção de Outorga de Recursos Hídricos, em manancial superficial, proveniente do Rio Paramapapema, destinado a atender a demanda de Aquicultura(carcinicultura), no município de São Cristóvão.

O ponto está localizado nas coordenadas UTM 694.107 m E e 8.780.080 m N, do Sistema de Referência SIRGAS 2000 – Fuso 24 – Sul. Bacia Hidrográfica do rio Vaza Barris, Unidade de Planejamento 15 – Baixo Vaza Barris.

A captação está localizada em área estuarina, sendo influenciada pelo regime de marés, com salinidade de 30,3 g/Kg, se enquadrando como Água Salina.

Após análise da solicitação, verificou-se tratar-se, segundo a Resolução CONERH nº. 20/2014 e Resolução CEMA nº. 50/2013, de isenção de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, sendo considerada a vazão captada como insignificante.

Ressalta-se que o usuário, de acordo com § 3º da Resolução nº. 20/2014 do CONERH, deverá zelar para que o seu dimensionamento não traga prejuízos aos demais usuários de recursos hídricos e deverá manter as condições de navegabilidade do manancial.

O outorgado deverá articular-se com os demais usuários de água de empreendimentos aquícolas, objetivando a realização de operação compactuada, a fim de que todos possam utilizar água de forma reacional e integrada com vistas ao desenvolvimento sustentável.

É vedado o uso de sistema de recalque no empreendimento, tendo em vista, que nos documentos apresentados no Processo acima mencionado, o requerente encaminhou documentação relatando que não fará utilização de conjunto moto-bomba ou eletrobomba.

O requerente deverá cumprir rigorosamente a Legislação Ambiental, em especial a Lei nº. 12.651/12, que institui o Código Florestal, artigos 4º e 6º, que tratam da proteção de vegetação e das áreas consideradas de preservação permanente.

Outrossim, salientamos ainda que a utilização de recursos hídricos em desacordo com a presente Declaração está sujeita às penalidades previstas no Art. 55 da Lei Estadual nº. 3.870/97 e no Art. 27 do Decreto Estadual nº. 18.456/99, dentre elas advertência, multa simples ou diária e embargo definitivo.

Esta declaração terá validade por 2 anos se mantidas as condições originais descritas, podendo a qualquer tempo serem verificadas através de vistoria e fiscalização. O pedido de renovação deverá ser feito com antecedência mínima de 90 dias da data de término da presente outorga.

Aracaju, 16 de dezembro de 2025